

## **Educação musical e deficiência: quebrando os preconceitos**

**Por Viviane Louro**

Mestre em música pela UNESP. Organizadora do Smpósio de Educação Musical Especial. Professora de música para pessoas com deficiências no Efort e coordenadora da Fundação das Artes de São Caetano. Autora do livro Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas e Arte e inclusão educacional.

A postura da sociedade perante uma pessoa com deficiência passou por diversas fases no decorrer da História da humanidade. Em culturas antigas, como a espartana por exemplo, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram atiradas do monte Taigeto.

Na Idade Média, tais pessoas começaram a fazer parte da sociedade, mas como "bobos da corte" ou mendigos. Com o advento do Renascimento, a sociedade passou a se preocupar mais com elas e a partir de então, iniciativas em prol da educação e reabilitação das pessoas com deficiência aumentaram gradativamente.

Atualmente, a pessoa com deficiência é vista com muito mais dignidade do que em tempos remotos, bem como, inclusão é um tema muito presente em nossa sociedade. Mesmo assim, há ainda muito preconceito contra as pessoas com necessidades especiais, o que faz com que elas, não participem da sociedade com as mesmas chances que um "não-deficiente".

Uma crença por parte de muitos, presente ainda nos dias atuais, é a de que ter uma deficiência é sinônimo de ser incapaz. Segundo vários autores, tais como Mazzotta, Goffman, Vítor da Fonseca, entre outros, ligados ao estudo das particularidades que circundam o universo das pessoas com deficiências, a generalização de termos ao se tratar de uma pessoa com necessidade especial, é muito comum entre as pessoas.

Esse tipo de postura, gera não somente um conflito entre os conceitos em relação às deficiências, como também, uma generalização de - ou da falta de - condições, habilidades e potencialidades do indivíduo que possui tais deficiências.

Portanto, generalizar incapacidades, bem como, transferir determinada incapacidade a outros planos da vida do indivíduo porque ele é incapaz, por exemplo, de andar ou ver, cria uma generalização da deficiência em tal ponto, que a pessoa passa a ser vista em sua totalidade como deficiente, e não como alguém que tem uma determinada deficiência.

Inclusive a terminologia adotada atualmente para se referir a essas pessoas é: PESSOA COM DEFICIÊNCIA, justamente por considerar que a pessoa TEM uma deficiência e não É um deficiente ou PORTA uma deficiência, pois, em princípio, só portamos algo que podemos deixar de portar, porque portar é sinônimo de carregar. Uma pessoa com deficiência não carrega a deficiência, ela TEM uma deficiência.

Além da generalização dos conceitos, outra postura muito comum por parte das pessoas, como aborda Valerie Sinason (1993), é a supervalorização ou superproteção da pessoa com deficiência.

Muitos acreditam que pelo fato dessas pessoas terem uma dificuldade acentuada em algum aspecto, tudo que ele faça, mesmo que sua deficiência não interfira em modo algum nesse fazer, é melhor, ou mais importante que os demais. Sendo assim, ele recebe mais elogios por parte dos amigos, mais atenção por parte dos familiares, mais notas por parte dos professores, entre outras situações.

Como menciona Sinason (1993), acreditar que uma pessoa com deficiência possui algum tipo de “capacidade superior” porque ela consegue fazer as mesmas tarefas que uma pessoa normal, ou até mesmo, tarefas que exijam habilidades específicas, é uma postura tão maléfica e equivocada quanto acreditar que por ter a deficiência deficiência, a pessoa não consiga realizar nada de significativo.

Portanto, facilitar as coisas que poderiam ser conquistadas como outra pessoa qualquer, ou, não aceitá-lo como capaz de alcançar determinados objetivos, são posturas comuns e equivalentemente prejudiciais, pois, ou lhes empregam limites demasiados, ou não lhes dão parâmetro algum de limites.

O ideal seria, como afirma Mantoan (1997), “*não se deter na deficiência em si, mas sim nas possibilidades e capacidades de aprendizagem que estas pessoas possuem*”.

Em relação à educação musical, os preconceitos frente a uma pessoa com deficiência não são menores. Principalmente no Brasil, onde a educação musical ainda integra o conteúdo programático do ensino básico somente na disciplina de educação

artística, percebemos por parte de muitos, mesmo de educadores musicais, a crença de que fazer música é somente tocar um instrumento musical.

As pessoas geralmente só estudam música, se forem através de um instrumento musical, entrando em contato com outros aspectos musicais que não seja somente performáticos, por convenção ou por requisito das escolas de músicas.

Além disso, ainda somos influenciados pela crença lançada no período romântico de que existe uma idade ideal para se começar estudar um instrumento, ou que, música é algo para poucas pessoas, somente para as que têm talento, ou que, possuir uma boa técnica instrumental, significa, dominar o repertório mais virtuosístico de um instrumento.

Por outro lado, cada vez mais vemos pessoas defendendo a idéia de que a música é importante para o desenvolvimento do ser humano, independente da relação que é mantida com ela, independente de uma habilidade instrumental ou de uma profissionalização.

Koellreutter (1998) afirma que a educação musical é um meio de desenvolver faculdades para o exercício de qualquer profissão. De acordo com suas palavras, ela trabalha a concentração, autodisciplina, capacidade analítica, desembaraço, autoconfiança, criatividade, senso crítico, memória, sensibilidade e valores qualitativos. Além do que, pode valorizar o ponto de vista nacional, religioso, político e social.

Violeta Gainza completa (1988):

*O que importa é que seja estabelecido o equilíbrio do contínuo fluir da música dentro e fora do indivíduo, estendendo laços para outros seres humanos e vivenciando plenamente a atividade musical.*

Partindo desses pressupostos, uma pessoa com deficiência deveria ter as mesmas chances que uma pessoa sem deficiência no que tange a educação musical, pois, estabelecer o equilíbrio do fluir da música como menciona Gainza, ou trabalhar autoconfiança, capacidade analítica, concentração, entre outros fatores, como afirma Koellreutter, independe de padrões pré-determinados.

Muitos, inclusive professores de música, acreditam que a música para uma pessoa com deficiência só tem utilidade e função como terapia ocupacional ou reabilitação, o que de fato, dificulta o desenvolvimento da educação musical especial no Brasil.

Santos (1989) afirma que a produção artística de uma pessoa com deficiência pode ser tão boa quanto a de qualquer pessoa. Logo, encarar a produção ou intenção artística de uma pessoa possuidora de determinada deficiência como fazendo parte somente de um processo reabilitacional ou direcionar a educação musical para o mesmo, apenas para sua reabilitação ou inclusão social, são atitudes que podem podar o potencial artístico da pessoa.

Alguns pessoas com deficiências realmente entram em contato com a música através da terapia. Mas, para muitos outros, fazer música é tão essencial como para os demais. Então, como aborda Santos (1989) para que a possibilidade artística latente no indivíduo que tem deficiência possa se desenvolver "*é preciso mais do que arte-terapia*".

Portanto, para que a educação inclusiva ocorra de forma eficaz, como menciona Barbosa (1999), além de boa vontade é necessário compromisso e uma política educacional clara, pois, conforme afirma Carvalho (2000) "*educar para a diversidade não é o mesmo que diversificar a educação*".

Reestruturar o sistema educacional de modo que beneficie a todos, de fato é algo complexo, pois, como pontua Amaro e Macedo, nosso sistema escolar ainda está baseado na "lógica da exclusão" ou seja, num modo linear de visão onde o que importa é tirar certas notas ou não, expressar certas formas de conduta, aceitar certas normas institucionais, ou apresentar certas características físicas ou intelectuais afim de cumprir determinadas tarefas.<sup>1</sup>

Quando nos referimos a cursos específicos como por exemplo os de artes ou música, a "lógica da exclusão" também impera. O fato de haver a necessidade de um teste para ingressar na maioria dos cursos de música já demonstra de forma efetiva as palavras de Amaro e Macedo, pois, aqueles que não conseguem cumprir o programa exigido para entrar numa instituição de música certamente são excluídos. Mas consoante Atack (1995)

---

<sup>1</sup> AMARO, Deigles Giacomelli; MACEDO, Lino de. *Da Lógica da Exclusão à Lógica da Inclusão: Reflexões sobre uma estratégia*. São Paulo: Rede SACI, 2002. Disponível em < [www.saci.org.br](http://www.saci.org.br) > Acesso em 24 de Novembro de 2002.

*"arte é uma ocupação essencialmente individual na qual não há pontos a serem disputados entre oponentes, não há competição ou jogo a ser ganho ou perdido."*

Além da exclusão proporcionado pelo próprio sistema educacional, há o fato da falta de preocupação por parte das autoridades aos cursos específicos. Os investimentos e empenho primordial das autoridades e pedagogos no Brasil no que se refere a educação inclusiva é canalizado para a educação básica deixando os cursos que não integram esse currículo, ou considerados "menos importantes", como a música por exemplo, de lado.

Assim sendo, uma pessoa com deficiência que queira se profissionalizar na área musical, encontra-se em nosso país, diante de uma circunstância que não o favorece. As escolas de músicas convencionais além de geralmente, exigir uma certo desempenho ao instrumento como pré-requisito para cursá-la, não possuem recursos suficientes nem professores com o mínimo de conhecimento na área da deficiência - a não ser que esses se especializem por vontade própria, o que pouco ocorre - tornando o acesso desses alunos à educação musical mais difícil. Por outro lado, não há escolas especializadas em educação musical para pessoas com deficiências na qual esses alunos possam recorrer como há no caso da educação básica em que há o ensino especial.

Por esse motivo, é necessário informação e iniciativas que incluam a pessoa com deficiência também nos cursos de artes, em nosso caso, de música, de modo que este possua as mesmas oportunidades e incentivo que as demais pessoas, pois:

*Um artista deficiente ou não, na condição de ser humano, busca na arte seu meio mais verdadeiro de expressão [...] não devemos imaginar que o correto seja diminuir a arte e criar a categoria " arte de deficientes" <sup>2</sup>*

Sendo assim, a música não deve ser um privilégio de poucos. Como afirma Gardner (1994) em princípio, todos são capazes de aprendê-la. É somente questão de respeitar as possibilidades de cada um e adaptar tal fazer para aqueles que possuem dificuldades acentuadas. De acordo com Claus Bang "os deficientes têm o direito moral, cívico e legal

---

<sup>2</sup> SANTOS, Luís Otávio Gomes do. *Arte e Reabilitação*. Revista Integração nº 7. São Paulo: 1989 p 5.

*de receber um nível de educação artística semelhante ao das pessoas não deficientes"* (RUUD 1991).

Portanto, cabe a nós educadores entre outros profissionais envolvidos com as pessoas com deficiências quebrar os pré-conceitos que existem em relação a esse assunto. E isso só pode ser alcançado com o fornecimento de informações suficientes que façam com que os tabus sejam dissolvidos e os estereótipos derrubados.

Então, aqui cabe uma pergunta: mas que informações são essas que os professores precisam ter?

A resposta pode ser muito ampla, mas acreditamos que há alguns pontos fundamentais em relação a esse assunto:

- 1- Saber sobre questões clínicas básicas das deficiências e sobre o processo de aprendizagem que circunda as deficiências;
- 2- Ter uma visão ampla do fazer musical e não somente focada na performance instrumental ou nos métodos tradicionais de ensino musical;
- 3- Saber promover adaptações metodológicas, instrumentais e musicais;
- 4- Trabalhar em equipe (junto com neuro; fono; psicólogo, etc)
- 5- Ter metas bem definidas com cada aluno ou grupo. Para tanto, pensar nas seguintes questões:
  - a. Para quem é a aula (público/ perfil do aluno, deficiência que ele tem)
  - b. Para que serve tal atividade, ou tal conteúdo (o que se pretende trabalhar com cada aluno ou com a atividade proposta)
  - c. Como fazer (metodologia. Como atingir os objetivos)
- 6- Ter uma postura adequada. Acreditar SEMPRE no material humano que tem em mãos. Respeitar o tempo e os limites dos alunos, mas não deixar de trabalhar as dificuldades, nem de exigir boa qualidade musical.

Se o professor ficar atento às questões acima, é bem provável que terá um bom resultado quanto a suas aulas. Acreditamos que a conquista de bons resultados musicais com alunos com deficiências colaborará cada vez mais para a quebra de preconceitos,

para o desenvolvimento de metodologias mais específicas e pesquisas em relação a essa temática.

Afinal de contas: música é para todos não é ???

## **Bibliografia**

AMARO, Deigles; MACEDO, Lino de. *Da lógica da Exclusão à lógica da Inclusão*. São Paulo: Rede saci, 2002. Disponível em < [www.saci.org.br](http://www.saci.org.br) > Acesso dia 24 de Setembro de 2002.

ATAACK, Sally M. *Atividades Artísticas para Deficientes*. Trad. Thaís Helena F. Santops. Campinas: Papyrus, 1995. (coleção Educação Especial).

BARBOSA, Jefferson; LOUZADA, Fabiana Barbosa. *Expressividade e Corporeidade: Trilhando o caminho da Arte*. Revista Espaço nº 12. INES. Dez 1999.

GAINZA, Violeta Hemsy de. *Estudo de psicopedagogia musical*. Trad Beatriz A. Cannabrava. Coleção novas buscas em educação. 2ª ed. São paulo: Summus, 1988. 140 p.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1994.

LOURO, Viviane dos Santos, et. al. *Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos: Estúdio dois, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egle. *A Integração de pessoas deficientes: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Mennon, Senac, 1997.

RUUD, Even. (org). *Música e saúde*. Trad. Vera Bloch Wrobel, Glória Paschoal de Camargo, Miriam Goldfeder. São Paulo: Summus, 1991.

SANTOS, Luís Otávio Gomes do. *Arte e Reabilitação*. São Paulo: Revista Integração nº 7. 1989.

SINASON, Valerie. *Compreendendo seu filho deficiente*. Rio de Janeiro: Imago, sem data.

SILVA, Otto Marques da. *A epopéia Ignorada – A pessoa deficiente no mundo de ontem e hoje*. São Paulo: CEDAS. 1998.

VASH, Carolyn. *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação*. São Paulo: Pioneira, 1998.